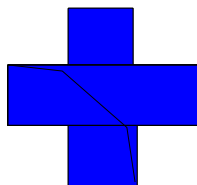




GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA DUCENTÉSIMA DÉCIMA NONA REUNIAO DO CES-MT

1 **Ao terceiro dia do mês de junho de 2009**, às quatorze horas e trinta minutos, deu início à
2 **ducentésima décima nona** reunião do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso, sendo esta a
3 **centésima sexagésima oitava reunião ordinária**. Conferido o quorum, com aprovação, iniciamos a
4 reunião que foi conduzida, inicialmente, **Presidente do Conselho Estadual de Saúde, Augustinho**
5 **Moro**. Colocou em apreciação e votação ata da reunião ordinária do mês de abril de 2009, que após
6 algumas considerações textuais a mesma foi aprovada. **EXPEDIENTE RELEVANTE:** A **Secretária**
7 **Executiva, Magaly de Souza**, informou sobre: **1) Memorando n.º043/09/SPS/SES/MT – 27 de maio**
8 **de 2009 – da Superintendência de Políticas de Saúde** – Informando sobre a realização do I
9 Seminário de Gestão da Informação em Saúde. Dia 08 de junho na ESP. Objetivo alinhar diretrizes e
10 discutir as bases para a construção da Política Estadual da Informação em Saúde; **2)Ofício Circular**
11 **Nº001/COSTRA/SUVSA/SES-MT – 25 de maio de 2009 – da Coordenadoria de Saúde do**
12 **Trabalhador** – 1ª Plenária da rede Escola Continental de Saúde do Trabalhador e lançamento do
13 projeto vidas paralelas, em 16 de junho, período integral, no auditório da Medicina Veterinária.
14 Disponível três vagas para interessados; **3)Memorando Circular n.º038/09/SUPS/SES/MT – 19 de**
15 **maio de 2009 – Superintendência de Políticas de Saúde** – convidando para oficina de construção
16 de redes de atenção à saúde, na ESP, nos dias 09 e 10 de junho; **4)Ofício Circular**
17 **n.º119/SE/CNS/GM/MS – 20 de maio de 2009 – Secretária Executiva do CNS** – solicitando informar
18 ao CNS como está ocorrendo o processo de terceirização dos serviços de saúde em nosso estado e
19 municípios. **Conselheiro Ambrosio Moreira** disse que se for encaminhar para a Comissão de
20 Monitoramento e Cooperação Técnica que seja concedido prazo para apresentação do diagnóstico.
21 Observou que o Conselho Nacional de Saúde solicitou a todos os Conselhos Estaduais que
22 encaminhassem a avaliação do Pacto pela Saúde. Esta é uma situação que ainda está pendente neste
23 Pleno. **Presidente** encaminhou que fosse realizada pesquisa com os CMS, através da Secretaria
24 Executiva, para que informassem como está sendo feita a contratação dos profissionais da área da
25 saúde. **Conselheiro Antonio Cordeiro** informou que o Hospital Julio Muller tem cerca de 600 crianças
26 em tratamento de pré-hemodiálise. Há poucos dias, em audiência pública na Assembleia Legislativa,
27 foi solicitado máquina para o tratamento com hemodiálise, no entanto, a máquina foi adquirida e
28 encaminhada para o Hospital Geral Universitário, contrariando o próprio Sistema. De acordo com
29 informações o ambulatório do HUJM para atendimento a estas crianças será fechado. **Conselheira**
30 **Maria Aparecida** disse que já de conhecimento de todos a situação das crianças nefróticas no Estado
31 de Mato Grosso. Este ambulatório não existe de direito; existe de fato por que as crianças para lá se
32 dirigem e são atendidas. Disse que tem mais de quatro mil atendimentos registrados. Apenas em 2008
33 foram mais de setecentas consultas que geraram 41 consultas no sistema do município. Informou que
34 há muito tempo procuraram o Secretário Augustinho Moro e foram intercedidos pelo então Secretário-
35 Adjunto Guto, que ficou proceder aos encaminhamentos, mas tudo parou por ai. Disse que não sabe o
36 que vai acontecer com aquelas crianças, pois não existe serviço no município e no estado. As
37 internações são feitas no HUJM e fechando o ambulatório não sabe para onde estas crianças serão
38 encaminhadas, quem vai atendê-las e quem se responsabilizará por elas. Informou que amanhã, pela
39 manhã, vão se reunir e aqueles Conselheiros que desejarem apoiar podem se dirigir ao Ambulatório I



SUS

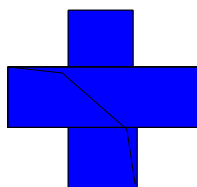
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

40 do HUJM. Por fim, alertou que a situação não é apenas grave, mas sim gravíssima. **Presidente**
41 informou que não sabe se a máquina já foi entregue, mas que estavam comprando para atender a
42 determinação judicial. A não instalação no HUJM é pelo fato deste hospital não ter a clínica organizada
43 para fazer o credenciamento, faturamento. O HGU está organizado (a clínica) e pode fazer
44 faturamento. Ressaltou que quando o HUJM tiver a clínica organizada pode levar esta máquina ou
45 comprar outra para instalar lá. **Conselheiro Antonio Cordeiro** informou que quem acompanha esta
46 questão e atende estas crianças é a Doutora Terezinha, do Centro de Tratamento do Renal uma
47 clínica privada que atende o SUS. **Presidente** encaminhou que vai se reunir com Doutor Victor
48 Rodrigues para esclarecer melhor o assunto e depois trazer no Pleno, pois não tem informações
49 detalhadas. **Conselheiro Ambrosio Moreira** entrevistou dizendo que a máquina está indo para o HGU e
50 os usuários estão no HUJM. Disse que estamos caindo na mesma situação da Regulação que existia
51 de direito, mas não de fato. Enquanto permanecia a discussão de 'quem era o dono do filho' os
52 usuários ficavam sofrendo com as consequências. Encaminhou que já que vai colocar a máquina no
53 HGU por uma questão de faturamento, solicitou que se faça o contrato com o HUJM, que está
54 atendendo os pacientes há muito tempo. Disse que quando os Conselheiros opinam sobre a relação
55 da gestão com HGU todos os consideram como radicais. Reiterou que precisamos tomar atitude, pois
56 a situação dos pacientes é grave. **Presidente** informou que vai buscar mais informações e trazê-las
57 para o Pleno. Disse que temos que discutir no sentido de avançar. **Conselheiro João Dourado**,
58 solicitou que fosse retirada de pauta a matéria que trataria de nova proposta de resolução para a
59 CEIST. Aprovado. **Conselheira Marcelly Regina** informou que no dia 25 de junho de 2009 terá uma
60 reivindicação de todos os Secretários Municipais de Saúde do Estado. Será feito abaixo assinado, em
61 uma marcha, no Hotel Fazenda, para aprovação da EC-29. Solicitou parceria dos membros do
62 Colegiado para que consigam as assinaturas. Que até o final da reunião estará entregando o
63 documento oficial para todos. **Conselheiro Jose Carlos Bazan** informou que estamos na semana do
64 meio ambiente e que vários eventos estão acontecendo em todo o Estado de Mato Grosso. Disse que
65 especificamente tem projeto das vassouras ecológicas. Informou que o dinheiro adquirido com a venda
66 está financiando educação ambiental em Mato Grosso. Tratou sobre a instalação de um portal de
67 Ouvidoria Setorial na área da saúde sendo desencadeado no Estado, com uma possível inauguração
68 no dia 24 de junho. Disse que o Conselho tem uma série de problemas para instalação e implantação
69 da sua página na internet. Que temos dificuldades em termos de publicidade. Observa com muita
70 preocupação na medida em que se instala um instrumento importantíssimo, que é a Ouvidoria que dá
71 vazão a todas as interrogações dos usuários, e está acéfala a este Conselho. Encaminhou que este
72 processo se encerrasse que viesse ao Pleno explicar o que é esta página que está sendo
73 disponibilizada na área da saúde alheia ao nosso Conselho. Colocou seu nome à disposição para
74 estar ajudando na construção desta página depois de discutida e encaminhada por este Conselho em
75 parceria com a gestão. **Conselheiro Getúlio Gonçalves** disse que as maiorias dos Conselheiros
76 estão sabendo que a Secretária Executiva está deixando o Conselho. Disse há cinco anos atrás
77 quando a viram e depois de tantas lutas e questões que passaram pelo Conselho, podem dizer a sua
78 aparência frágil não é verdadeira. É uma pessoa muito forte e o que ela agüentou neste Conselho não



SUS

Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

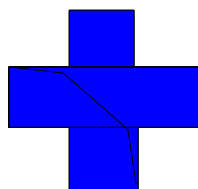


GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

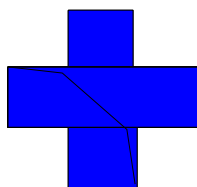
79 foi brincadeira. Agüentou os chatos e encrenqueiros como Getúlio, Maria Cândida, Edvande, João
80 Dourado, Maria Aparecida, Pardal, Ambrosio e outros Conselheiros criadores de caso. A Magali
81 agüentou as imensas disputas travadas no Conselho, neste Plenário e na Secretaria Executiva. Disse
82 que os Conselheiros, principalmente aqueles que têm mais experiência política, tem visão ampla das
83 coisas, não leva desaforo pra casa é um pessoal extremamente complicado, mas a Magali agüentou
84 tudo isso e não foi fácil. Ela foi o ancoradouro das disputas internas e das frustrações do controle
85 social. Disse que podemos ter qualquer crítica à ela, mas reconhecemos que ela sempre foi uma
86 intransigente e forte defensora do controle social, por isso fará muita falta ao Conselho de Mato
87 Grosso. Disse que estava prestando suas homenagens e pedindo desculpas pelas discussões ásperas
88 que já tiveram. Espera que a próxima Secretária Executiva possa ter a mesma capacidade para
89 agüentar estas questões. A pressão é terrível dia a dia. Não é fácil ser Secretária Executiva de um
90 Conselho controle social, por isso estava prestando a justa homenagem pelo compromisso que teve
91 com o controle social. **Conselheira Leila Boabaid** disse que criaram muito caso com a Magali por que
92 a conhecem muito bem. Disse que a conheceram quando o Conselho não tinha nem orçamento. Disse
93 que diversos Conselheiros fizeram uma grande articulação para que a Magali assumisse a Secretaria
94 Executiva, pois tinha perfil que ia de encontro com o anseio de todos os Conselheiros haja vista que
95 ela é técnica e política. Disse que muitas vezes foram ao embate, mas que durante o período de
96 convivência sempre houve respeito recíproco. Finalizando ressaltou que a mesma contribuiu na
97 construção de tudo o que hoje é o Conselho. **Edna Marlene** disse que sua fala era de gratidão e de
98 respeito pelo trabalho da Magali em relação ao controle social em especial a Ouvidoria Geral. Pediu
99 desculpas pelos momentos de embates que eram visando melhorias para as questões do controle
100 social. Disse que não desprezaria o trabalho da Secretária Executiva anterior, mas que somente a
101 partir da gestão da Magali este Conselho avanço muito. Embora as brigas que houve, sabe que ela
102 brigava pelo que era justo. **Conselheiro Carlos Eilert** encaminhou moção de aplauso pelos serviços
103 prestados pela Secretária Executiva. Lembrou que quando informou a ela que iria participar deste
104 Conselho recebeu o seu apoio. **Presidente** acredita que ninguém vai se opor ao encaminhamento do
105 Conselheiro Carlos Eilert e que podemos considerar aprovada por unanimidade a moção de aplauso.
106 **Presidente** Parabenizou e agradeceu pelo trabalho realizado diante da Secretaria Executiva,
107 desejando sucesso em sua nova missão. **Presidente** empossou os novos representantes indígenas:
108 senhor Bemoro Caiapó (titular) e senhor Lúcio Xavante; a nova representante suplente do NEOM:
109 senhora Márcia Regina Pereira em substituição à senhora Ana Maria Boabaid. **Conselheiro Ambrósio**
110 **Moreira** solicitou que a pauta da Comissão de Planejamento e Orçamento, apresentação e votação da
111 metodologia 2010 para o PTA, seja discutida como primeiro ponto, em função de que a Coordenadora
112 de Planejamento e Orçamento, Lucinéia Soares, precisa voltar para a SES para desencadear outras
113 questões urgentes. Aprovado. **Presidente** enquanto gestão solicitou inclusão de pauta. Para que fosse
114 retomada a discussão do edital n.º 01/09, anulado na íntegra na reunião anterior. Justificou que faria
115 explanação para o Pleno poder encaminhar diferente. Disse que erros foram cometidos e que não
116 poderíamos cometer mais um trazendo prejuízo ao erário público tendo que devolver dinheiro ao
117 Ministério da Saúde por não cumprir o convênio. Ressaltou que um erro não justifica o outro, que não





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

estava 'passando a mão na cabeça de ninguém', entretanto, gostaria da aprovação dessa inclusão para expor algumas questões que não estão bem entendidas dentro do Pleno. Disse que a proposta que colocará não resolve o que já aconteceu, mas acredita que ela amenizará a situação, para não prejudicar 'um monte' de gente que já fez o teste seletivo. **Conselheiro Jose Carlos Bazan** solicitou questão de ordem. Fez a leitura do artigo 53 do Regimento Interno: 'os pedidos de reconsideração das matérias serão distribuídas a relatores diferentes dos efetivos predecessores, tendo um prazo de trinta dias depois de publicado em Diário Oficial'. Perguntou ao Presidente se ele estava pedindo uma reconsideração de matéria. Solicitou que todos se atentassem ao Regimento Interno para não criar prerrogativa para outros assuntos que poderão ocorrer no Conselho e numa reunião posterior tentam reverter. Solicitou ao Presidente que se atentasse ao Regimento Interno. **Presidente** disse que o Regimento Interno tem que ser respeitado. Mas que iria insistir, pois podem perder prazo, prejudicaria pessoas e ter que devolver dinheiro. Como a resolução ainda não foi publicada está em tempo de rever aquela decisão (da anulação). Reiterou que estava pedindo a inclusão enquanto gestão, pois para ele e para o Pleno a situação não está esclarecida. **Conselheiro Ângelo Falcão** disse que quem aprovou o Regimento Interno foi o Conselho, portanto, quem pode dar a excepcionalidade é o Conselho. Além disso, matérias administrativas não criam jurisprudência. Por isso não teria problema se o Pleno concedesse esta excepcionalidade. **Conselheiro Ambrósio Moreira** solicitou questão de ordem. Apegando-se ao Regimento Interno, no caso de uma resolução aprovada pelo Pleno, a gestão teria trinta dias para dar resposta (publicação). **Presidente** disse que estava solicitando que o Pleno pudesse ouvir a propositura da gestão. **Conselheira Lilia Suely** solicitou questão de ordem. Disse que naquela reunião (que deliberou pela anulação) todos os pontos foram discutidos com bastante veemência. A Assessoria Jurídica do Conselho apresentou sua análise diante de uma solicitação feita pela Comissão de Educação Permanente. Disse ao Presidente que a Assessoria Jurídica da Secretaria de Saúde estava presente para responder aos questionamentos, no entanto, ela se retirou da sessão sem dar respaldo necessário. Disse que os Conselheiros em há bastante tempo discutindo estas questões com a ESP, pois sabiam o que estava acontecendo e o que poderia acontecer. Mas, as pessoas (Comissão de Capacitação) preferiram trazer ao conhecimento do Pleno para que pudesse deliberar. Disse que esta matéria já foi discutida e é contra sua rediscussão, pois abrirá precedente para qualquer outra. **Presidente** para que os trabalhos que estão em andamento não parem, os cursos que já estão sendo realizados, propôs que o Pleno aprovasse a convocação de reunião extraordinária para a próxima semana para discussão deste assunto. Reiterou que existem cursos que estão em andamento. Disse que o problema estava em apenas dois itens e o Conselho cancelou o edital inteiro. Enfatizou que os Conselheiros não estão 'olhando na ponta' os cursos que já estão em andamento. Reconheceu que houve erros por parte da Escola e que já conversou com a Diretora, Rose Fava e equipe. Assegurou que 'não estava passando a mão na cabeça de ninguém'. Disse que sua propositura era simples de resolver e que levaria apenas dez minutos para colocar. Mas, se o assunto requer uma nova discussão estava propondo reunião extraordinária, para a próxima terça-feira. **Conselheira Jucélia Clara** disse que se for partir para reunião extraordinária é melhor que se discuta agora. **Conselheiro Antonio Cordeiro** para não prejudicar pessoas solicitou que votassem a favor,



SUS

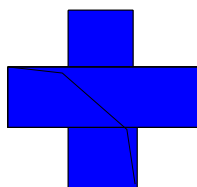
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

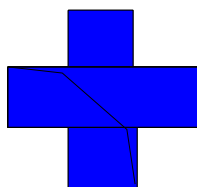
que o assunto fosse discutido hoje. **Conselheiro Ângelo Falcão** quanto às competências do Presidente, conforme Regimento Interno está à expedição de resolução ad-referendum no caso de extrema urgência e relevância. Considerando que este assunto é premente e urgente o Presidente tem o poder de tomar decisão ad-referendum. **Presidente** disse que não caberia esta medida, ad-referendum, por que foi aprovada resolução no Pleno. Ela apenas não foi publicada. Disse que está solicitando que o Pleno possa rever esta decisão. Reiterou que tem uma proposta que vai ser boa para todos, mas se o Pleno entender que deve manter a decisão (de anulação na íntegra) vai aceitar. **Conselheiro Carlos Eilert** disse que não vai debater o mérito, pois por diversas vezes falou que o edital continha erros e que a Assessoria Jurídica (da SES) estaria fazendo a correção. Pelo que entendeu (na apresentação da Assessoria Jurídica do CES) os erros continuaram. Solicitou que a Assessora Jurídica da SES, Ana Carolina, o respeitasse e parasse de rir, pois tem o direito de falar e que quando ela está com a palavra ele não fica sorrindo. Disse que a mesma estava desqualificando a sua fala e exigiu respeito. Perguntou se o edital foi homologado. **Conselheiro Ambrosio Moreira** disse que o parecer jurídico do Conselho foi dentro das observâncias da legislação. Solicitou que a Assessoria Jurídica da gestão pudesse apresentar parecer para que pudessem rediscutir. Asseverou que devemos nos ater a legalidade respeitando todos os princípios da lei, que preconiza que entre a ação e o serviço deve haver congruência com a legislação. **Conselheira Aparecida Rodrigues** solicitou que o Presidente fizesse seu encaminhamento para que pudessem votar. **Presidente** solicitou a inclusão de pauta para que pudesse expor uma situação para decisão do Pleno. Em votação o Pleno aprovou a inclusão de pauta sugerida pelo Presidente. **Presidente** solicitou que sua matéria fosse discutida como segundo item da pauta. Aprovado. A seguir iniciamos nosso primeiro ponto de **PAUTA: Comissão de Planejamento e Orçamento: Apresentação, discussão e votação da proposta de metodologia para o PTA-2010 - Lucinéia Soares** breve relato sobre a proposta de metodologia. Destacou a realização de capacitação conceitual do processo de planejamento e orçamento destinado aos membros do Colegiado e que serão duas semanas para apresentação do Planejamento para todas as Comissões Permanentes do Conselho. As Comissões terão mais tempo para análise dos programas e para construção do relatório. Posteriormente elas deverão apresentar no Pleno seu parecer na reunião do Conselho. **Conselheiro Ambrosio Moreira** convidou todos para reunião ampliada no dia 19 de junho de 2009, na ESP, para discussão do Plano Estadual de Saúde. Solicitou mobilização e divulgação pela Secretaria Executiva. **Conselheira Aparecida Rodrigues** informou que no edital n.º 01/09 está contemplado a capacitação do processo de planejamento e orçamento. **Conselheira Clélia Brito** quanto ao programa 279, política de prevenção e promoção e proteção à saúde, disse que a comissão que apreze como responsável pelo Ambulatorial e Hospitalar. Perguntou se esta tarefa seria da competência da Comissão de Atenção Integral à Saúde. **Conselheira Maria Aparecida** destacou que a Comissão de Saúde do Trabalhador ficou responsável por programas de despesas. Solicitou que ficasse para responsabilidade desta Comissão o programa 278, na íntegra. Justificou que a Comissão de Monitoramento já absorveu outras demandas. **Lucinéia Soares** disse que a Coordenadoria de Planejamento e Orçamento não se opõe a esta solicitação. **Conselheiro Ambrosio Moreira** disse que a Comissão de Planejamento está redimensionando os





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

196 trabalhos nesta Plenária. Solicitou que os Conselheiros que participarão da capacitação entregue suas
197 inscrições na Secretaria Executiva. **Presidente** colocou em regime de votação e o Pleno aprovou por
198 unanimidade a proposta de metodologia para o PTA-2010. **Rediscussão do Edital n.º 01/09:**
199 **Apresentação, discussão e votação de Proposta da Gestão - Presidente** iniciou sua exposição de
200 defesa perguntando se todos os Conselheiros tinham conhecimento de que estavam fazendo teste
201 seletivo para seleção de docentes e monitores, professores, para ministrarem 24 cursos (do edital),
202 cujos alguns já estão sendo realizados. Disse que foram feitos testes seletivos para os 24 cursos.
203 Solicitou para a ESP não fazer mais edital assim, pois um edital se faz para um dois ou três cursos por
204 que se der algum problema pode ser cancelado e refeito. Da forma como foi feito considerou uma falha
205 gritante da ESP. Ressaltou que houve falha de todas as ordens, mas não é por isso que devemos
206 cometer mais um erro. Afirmou que destes 24 cursos, tem o de especialização em saúde da família
207 que está quase concluído. Informou que o primeiro teste seletivo (edital interno) era para seleção de
208 docentes e monitores dentro do quadro de carreira da SES. Disse que não houve número total de
209 pessoas, talvez por não haver profissionais com determinada qualificação e por isso busca-se
210 externamente em outro edital. Dos 24 cursos deram problemas apenas em dois que envolve o
211 Conselho e a Ouvidoria Geral. Os 22 não tiveram problemas, estão em andamento, 'tranquilos',
212 apenas alguns pedidos de esclarecimentos para a Comissão (de seleção). Reiterou que estava tudo
213 certo e em andamento. O valor envolvido é de hum milhão 118 mil reais. A contrapartida do estado de
214 pouco mais de 200 mil reais e o restante é dinheiro do Ministério da Saúde. Se o edital for cancelado e
215 começar de novo, vamos perder tempo, prejudicar 87 pessoas que passaram no teste seletivo. Disse
216 que sua proposta não seria pela anulação integral e nem anular os dois itens. Reafirmou o prejuízo em
217 começar tudo de novo, pois já teve recurso gasto. Disse que se a decisão for pelo cancelamento
218 integral 'isso vai virar um angú' e não terá outra solução a não ser devolver todo o dinheiro, pois não
219 vai dar tempo para mais nada e a execução é até o final do ano. Disse que nos dois casos, que
220 envolve Conselho e Ouvidoria, também tiveram pessoas que passaram e elas também estariam
221 prejudicadas. Disse que sua proposta não concertaria tudo, mas tempos que passar por cima de
222 alguns erros. Enfatizou que chamou a atenção da ESP para que isto lhe sirva de grande exemplo para
223 não errar mais (neste aspecto) Encaminhou que sua proposta é para o Conselho dar um voto de
224 confiança e que pudessem monitorar tudo isso. Encaminhou 'que reabrissem as inscrições com novo
225 edital para os dois casos (Conselho e Ouvidoria) que não houveram o preenchimento das vagas,
226 preservando aquelas pessoas que já passaram e que se retomasse, preenchendo todas as vagas,
227 depois fizesse um teste seletivo externo'. Por fim, disse que esta seria a sua proposta 'visando avançar
228 rapidamente e não perder tempo', caso contrário vai ter que devolver o dinheiro, pois não vai ter mais
229 tempo para executar. Se erraram enquanto gestão, as pessoas que se inscreveram não tem culpa
230 sobre isso. Abrindo os debates, **Conselheira Lilia Suely** disse ao Presidente que pensou que ele
231 traria uma solução. O Presidente está apaziguando e não considerava isto solução. Reiterou que a
232 questão do edital é muito séria e que todos o discutiram com veemência. Disse que o Presidente não
233 ouviu os dois lados, apenas um. Se tivesse convocado a Comissão de Educação Permanente poderia
234 ter se reunido com o mesmo para falar claramente o que foi discutido neste Pleno. Ressaltou que a



SUS

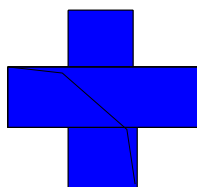
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

235 Comissão já tinha perguntado se havia legalidade em separar os dois cursos do edital e lhe fora
236 respondido pela gestão que não teria legalidade. Disse que o Presidente quer 'jogar para o Pleno' e se
237 for neste sentido teria um encaminhamento. Perguntou se a Assessoria Jurídica da SES poderia
238 esclarecer se teria legalidade separar. **Presidente** disse que pela propositura colocada tem legalidade.
239 **Conselheira Lilia Suely** disse que a legalidade colocada pelo Presidente vai de encontro às
240 ilegalidades encontradas dentro do edital. Reafirmou que são inúmeras as questões ilegais
241 encontradas no edital e alertou ao Presidente que ele não estava sabedor de tudo o que aconteceu.
242 Novamente perguntou se teria legalidade fazer a separação dos dois cursos do edital. **Presidente**
243 disse que não tinha proposto a separação dos cursos. **Conselheira Lilia Suely** reiterou que a solução
244 apresentada pelo Presidente não foi esclarecedora. Ressaltou que, enquanto Conselheira, estava
245 defendendo as pessoas que não estão aqui dentro, que não estão sabendo o que está acontecendo
246 aqui dentro. **Conselheira Jucélia Clara** solicitou questão de ordem. Disse que o Conselheiro Carlos
247 Eilert havia perguntado se o edital tinha sido homologado. Isto precisa ser esclarecido, pois caso tenha
248 sido homologado aquilo que o Conselho aprovou 'cai por terra'. A **Assessora Jurídica da SES,**
249 **Conselheira Ana Carolina,** disse para a Conselheira Lilia Suely que a proposta não foi pela
250 separação. **Presidente** solicitou que respondesse a pergunta da Conselheira: se pode separar os dois
251 cursos ou não. **Conselheira Ana Carolina** respondeu que sim. Que teria como separar. Disse que o
252 processo seletivo estava encerrado e a proposta do Presidente seria abrir dois novos seletivos
253 internos. **Conselheira Lilia Suely** solicitou vistas para analisar esta matéria. **Presidente** disse que
254 assim este assunto vai acabar na devolução do dinheiro. **Conselheiro Ângelo Figueiredo** perguntou
255 quem resolveria os casos omissos no edital. Se este for um caso omissos a Comissão vai resolver o
256 problema. **Conselheiro Carlos Eilert** informou que estava com o edital em mãos. Nele consta que os
257 casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado instituído para este
258 fim, pela SES. Ainda consta que o resultado do processo seletivo será homologado pelo Secretário de
259 Estado de Saúde e divulgados pelos meios legais competentes, que é o Diário Oficial. Segundo a
260 Diretora da ESP ele foi publicado em 28 de abril. No dia 21 de maio do portal da ESP o processo
261 terminou assim: 'dia 07 de abril – resultado final do processo seletivo de servidores para docentes'.
262 Informou que não viu a homologação e a publicação. **Rose Fava** informou que a homologação foi em
263 07 de abril. Disse que os cursos não poderiam ficar parados. Afirmou que 'na especialização em
264 saúde da família os alunos estão terminando o Trabalho de Conclusão de Curso e estão com
265 orientadores'. Além de 'Saúde Pública com Ênfase na Gestão e outros vários cursos com andamento
266 desde o ano passado'. Ainda disse 'que este edital começou a ser construído no mês de dezembro
267 (2008) junto com a Comissão de Educação Permanente de Conselheiros. Que estamos entrando no
268 mês de junho de 2009 e ainda não iniciaram o processo de seleção externa da capacitação do
269 Conselho. Perguntou se os Conselheiros estavam entendendo a complexidade, mas que ele foi
270 publicado e estava no site. Por fim, revelou que 'foi informado aos professores dos cursos que estavam
271 em andamento para continuação dos mesmos'. **Conselheiro Leandro Zitelli** disse para a Diretora da
272 ESP que fazia parte da Comissão de Seleção, mas que tinha agenda para cumprir todos os dias. Disse
273 que recebeu um telefonema (da ESP), às 09 horas da manhã informando que teria reunião às 14:00



SUS

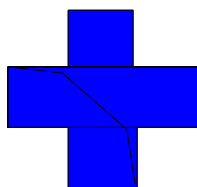
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

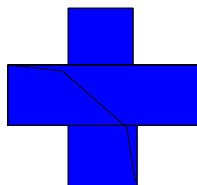
274 horas daquele dia. Perguntou se era desse jeito que se convocava. A partir daí, tudo caiu em
275 descrédito (a Comissão de Seleção). As duas convocações feitas foi um desastre, por isso solicitou
276 sua retirada da Comissão. Como Conselheiro e representante de organização faltou seriedade na hora
277 de fazer a convocação. **Conselheira Clélia Brito** disse que o parecer da Assessoria Jurídica do
278 Conselho revelou que muitas questões não estavam corretas, tinha uma série de erros. Disse que
279 entende a preocupação com a possível devolução do recurso, mas devemos agir com base na
280 legalidade, haja vista a quantidade de erros neste edital. **Presidente** disse que não precisamos
281 continuar discutindo o assunto, pois a Conselheira Lilia Suely solicitou vistas. Em função disso solicitou
282 reunião extraordinária para a próxima terça-feira. **Conselheiro João Dourado** disse que o pedido de
283 vista é em cima de matéria em votação e que ainda estávamos em discussão. **Conselheira Lilia**
284 **Suely** alertou que o Conselheiro fez a mesma intervenção quando ela solicitou vistas no momento de
285 uma votação, disse que ele estava se contradizendo. **Conselheiro Jose Carlos Bazan** disse que o
286 pedido de vistas deve acontecer antes do processo de votação. O pedido de vistas pode acontecer a
287 qualquer momento exceto no momento da votação. **Conselheiro Ambrosio Moreira** lembrou ao
288 Conselheiro João Dourado que quando é solicitada vistas a discussão deve ser encerrada.
289 **Conselheiro João Dourado** disse que prevalecendo as vistas a extraordinária ficará prejudicada, pois
290 cabe à Conselheira, num prazo de trinta dias, solicitar a inclusão de pauta ou comunicar ao Presidente
291 do Conselho para que ele convoque uma extraordinária. **Presidente** disse que o Regimento Interno
292 não trata sobre prazo. **Conselheira Jucélia Clara** disse que caso tenha sido homologado o Conselho
293 não tem mais autonomia para revogá-lo. Neste caso estava propondo que se anulem os atos da
294 seleção destes dois cursos. **Presidente** encaminhou pela realização de reunião extraordinária, dia 09
295 de junho. **Conselheira Lilia Suely** esclareceu que fará sua análise em cima da fala, da proposta do
296 Presidente. Lembrou que desde a reunião de fevereiro a Comissão e o Pleno vêm solicitando que a
297 ESP separasse o edital, entretanto, os advogados da SES disseram que não tinha legalidade para
298 isso. **Conselheira Clélia Brito** solicitou que a Assessora Jurídica do Conselho, esclarecesse quanto a
299 homologação. **Rosane Itacaramby** informou que houve publicação do resultado final que é diferente
300 de homologação do resultado final. Disse que deveriam ter duas publicações: do resultado final e da
301 homologação do resultado final. Por fim reiterou que não houve publicação da homologação do
302 resultado final. **Conselheira Clélia Brito** perguntou se tivesse sido publicada a homologação esta
303 matéria ainda poderia ser encaminhada para discussão. **Rosane Tacaramby** respondeu que sim, pois
304 existem súmulas do STF que fala que havendo vícios no processo pode ser anulado
305 administrativamente. **Presidente** disse que sua proposta não é definitiva e que estava querendo
306 encontrar alternativas para continuidade dos trabalhos. **Conselheiro João Dourado** disse que
307 devemos saber se a Conselheira terá condições de apresentar sua análise na próxima terça-feira, dia
308 09 de junho. Caso não tenha não terá sentido realizar extraordinária nesta data. **Presidente**
309 encaminhou nova data para reunião extraordinária, em 18 de junho de 2009. Aprovado. **Clélia Brito**
310 tratou sobre a substituição da nova Secretária Executiva. Como o cargo é eletivo, encaminhou que a
311 votação ficasse para a reunião extraordinária de junho. **Presidente** solicitou que a Assessoria Jurídica
312 verificasse todos os encaminhamentos e de publicidade, que as pessoas interessadas encaminhassem





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

313 os curriculluns para a eleição na extraordinária. **Conselheira Clélia Brito** encaminhou que a Comissão
314 Eleitoral e Ética possa selecionasse os curriculluns para votação no Pleno, na extraordinária.
315 Aprovado. **Presidente** disse que, se for necessário, poderá negociar com a Secretária de Saúde do
316 Mato Grosso do Sul a liberação da Magali para que fique uma semana repassando o trabalho para a
317 nova Secretária Executiva. **Conselheira Clélia Brito** disse que a equipe da Secretaria Executiva
318 poderá fazer este trabalho. **Ouvidoria Geral do SUS/CES: Apresentação, discussão e votação das**
319 **demandas protocoladas - Edna Marlene** apresentou breve resumo das demandas de janeiro a maio
320 de 2009. O total de atendimento por telefone foi de 3.400 manifestações de usuários, embora estejam
321 sofrendo com a precarização desse sistema de telefonia. Informou que está sendo providenciado a
322 gravação do 0800 e a lotação de mais recursos humanos visando melhoria dos trabalhos. Deste total
323 somente 792 processos foram protocoladas na Ouvidoria Geral. Destes processos Informou que no
324 primeiro trimestre foram tramitados 418 processos tramitados (52,8%) e no segundo trimestre 374
325 processos (47,2%). Quanto a origem dos processos: Ouvidoria Geral do SUS, através de sua unidade
326 central; Se Ligue na Saúde; Ouvidoria do SUS Cuiabá; Ouvidor SUS do Ministério da Saúde; Ouvidoria
327 Setorial; Ouvidoria do SUS do CMS de Alta Floresta; e Ouvidoria do SUS do CMS de Primavera do
328 Leste. Neste período as principais manifestações foram: reclamações, denúncias, informações,
329 solicitação e sugestão. Dentre as manifestações a maior foi em relação a medicamentos: básicos, de
330 portaria do Ministério da Saúde, fora do protocolo clínico. Ainda com relação as demais
331 manifestações/reclamações: dificuldades de acesso a cirurgia eletiva e de urgência, estabelecimento
332 de saúde, tratamento médico, exames, servidores da saúde, transporte, TFD intermunicipal, material
333 médico, material permanente, ajuda de custo. Destacou as manifestações/reclamações mais
334 freqüentes por telefone: dengue, atenção primária, PSF, medicamentos inclusive aqueles da portaria
335 Ministerial, medicamentos de resolução CIB, medicamentos fora de protocolo clínico. Quanto a este,
336 embora tenha havido três reuniões com a Comissão de Medicamentos, ainda restam alguns
337 encaminhamentos que serão informados na próxima reunião do Pleno pela Comissão, visando
338 realmente implantar a Política de Assistência Farmacêutica do Estado. Quanto ao formulário de
339 respostas (da CAF) ainda não estão a contento, não atende ao que foi deliberado no Pleno. Quanto a
340 Central de Regulação destacou as principais reclamações: obesidade mórbida, procedimentos não
341 cobertos pelo SUS, outros procedimentos e exames, cirurgias eletivas e de urgência. Quanto as
342 especialidades médicas, informou que existem poucos profissionais atendendo e em algumas não
343 existem profissionais. Com a mudança de gestores municipais houveram várias solicitações sobre
344 capacitação para os Conselhos de Saúde, em caráter de urgência. Informou que os novos gestores
345 não compreendem o trabalho dos CMS e que alguns Conselhos estão com as atividades paralisadas e
346 em conflito com a gestão. Solicitou trabalho efetivo no fortalecimento dos Conselhos. Destacou que
347 houve reclamação em relação a equipamentos que estão quebrados, precarizados, sem manutenção e
348 que não atendem a necessidade dos usuários. Mostrou relação das demandas por Regional de Saúde
349 e a relação dos dez principais municípios com dificuldade e que constantemente encaminham
350 demandas para Cuiabá (Várzea Grande, Cáceres, Rondonópolis, Nova Mutum, Tangara da Serra, Alta
351 Floresta, Pontes e Lacerda, Confresa e Juina). Com relação ao status dos processos 43% foram



SUS

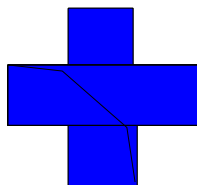
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

concluídos e 56,94% ainda dependem de resposta dos setores competentes. Destacou que falta remédio para diabetes, embora exista legislação. Disse que não estão sendo garantidos fita e medicamentos básicos para os pacientes diabéticos. Com relação a Portaria 225 existem várias reclamações. Falou da necessidade da revisão da portaria visando ampliação da relação desses medicamentos em conformidade com o atual perfil epidemiológico. Alertou que ainda existem diversos processos de medicamentos que estão em aberto na Ouvidoria, aguardando parecer técnico (CAF) conforme foi deliberado no Pleno. Mostrou as demandas protocoladas na Ouvidoria que estão sem resolutividade, para conhecimento das Comissões, com vistas a definição de políticas públicas de saúde com base nas portarias do Ministério: homecare (ainda não normatizada no Estado, embora tenha portaria do MS), oxigeno terapia domiciliar (a CIB ainda não normatizou, embora o Pleno tenha deliberado), oxigeno terapia para tratamento fora de domicílio, serviços de saúde regulamentados como referência(mas que não estão atendendo os usuários), falta de definição de fluxos (a Central Estadual e Municipal precisam definir fluxos), dengue, oncologia, alto índice de tuberculose em pacientes indígenas, acompanhamento dos Hospitais Regionais e Prontos Socorros e hospitais públicos conveniados. Encaminhou pelo arquivamento de 157 processos que estão concluídos na Ouvidoria Geral. **Neste momento a reunião passou a ser conduzida pelo Vice-Presidente, Carlos Alberto Eilert.** Abrindo os debates, **Conselheira Aparecida Rodrigues** parabenizou a apresentação da Ouvidoria e solicitou socializar o material para os Conselheiros. Sugeriu a compilação dos dados para que no futuro possa apresentar série histórica. **Conselheiro Ambrosio Moreira** parabenizou o trabalho da Ouvidoria e a dedicação com os usuários. Com relação às demandas que são concluídas, sugeriu que estabeleça fluxo para que as Comissões despachem em conjunto com a Ouvidoria. **Conselheiro Jose Carlos Bazan** solicitou que a Ouvidoria detalhasse as 374 situações protocoladas. **Edna Marlene** disse que encaminhou para a Comissão de Medicamentos que o boletim informativo foi substituído por uma folha de despacho. A Comissão considerou que isto não atendia a deliberação do Pleno. Disse que precisam se reunir com a CAF para estudar estas respostas de forma legal. **Senhora Margarete, Coordenadora da CAF,** informou que a questão do informativo está em nível de Gabinete do Secretário e sua Assessoria Jurídica. Ressaltou que a CAF apenas acata, ela não define informativo. Disse que está aguardando resposta do Gabinete para poder executar. **Conselheiro João Dourado** sugeriu que no boletim informativo sejam divulgadas as demandas da Ouvidoria. Solicitou que a Ouvidoria informasse quais são os problemas levantados do TFD. Disse que esta questão é grave e falta regulamentação para o TFD intermunicipal e estadual. **Edna Marlene** esclareceu que o TFD estadual foi normatizado, com ajuda de custo, embora tenhamos notícias em relação a atrasos. Disse que existem pacientes que ficam em casa, acamado, aguardando receber resposta do CNRAC(?) para ser atendido. Precisam levantar quantos pacientes de demanda reprimida estão nesta situação. Quanto ao TFD intermunicipal é importante discutir os problemas, que são diversos, junto com o TFD estadual e os gestores municipais, visando normatização ou busca de respostas. **Conselheira Clélia Brito** parabenizou a equipe pela apresentação e que encaminhem o material para os Conselheiros. Informou que a Comissão de Atenção Integral se reúne toda a primeira quarta-feira do mês e que hoje receberam apenas um processo da Ouvidoria referente ao município de Alta



SUS

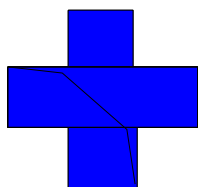
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

391 Floresta sobre ortopedia. Com relação a assessoria para a implantação de Ouvidorias, solicitou que as
392 demandas ou reclamações neste sentido sejam encaminhadas para a Comissão de Monitoramento
393 que trabalha a articulação com os Conselhos Municipais de Saúde. Nesta articulação a ação de
394 monitoramento tem estimulado a implantação e Ouvidorias ligadas ao controle social. **Edna Marlene**
395 disse que depois da realização de audiência pública ficou definida responsabilidade de mutirão de
396 ortopedia. Disse que existem demandas reprimidas no município e por isso precisam trabalhar em
397 parceria com a regulação do estado, levantando todas as informações, trabalhando as questões
398 relevantes e fazendo os encaminhamentos devidos, pois somente reunidos com as áreas técnicas
399 poderemos melhorar este serviço. Informou que cinco especialidades estão sem cobertura, outras com
400 apenas um ou dois profissionais para atender todo o estado. Informou que existem muitas
401 reclamações das dificuldades de acesso e pacientes sequelados. Quanto à demanda de Alta Floresta
402 vai averiguar com a nova Ouvidora Municipal. **Conselheiro Antonio Cordeiro** disse que o trabalho da
403 Ouvidora é muito importante para o SUS. Solicitou que esclarecesse sobre a dificuldade oxigeno
404 terapia para transplante de pulmão. **Edna Marlene** disse que existem outras situações iguais a este
405 que conseguiram encaminhar através do Ministério Público. É uma dificuldade conseguir este oxigênio
406 para o paciente que vai fora do domicílio. Falta regulamentação e o paciente fica sem poder se
407 deslocar. Disse que uma paciente está a dois anos sem oxigênio, aguardando a definição de quem vai
408 pagar. **Conselheiro Antonio Cordeiro** quanto a máquina de hemodiálise recebeu informação que
409 uma criança teve quer ser encaminhada para fora do estado. A máquina custa cerca de 50 mil reais e
410 foram gastos mais de 100 mil reais para encaminhar a paciente para São Paulo. **Edna Marlene**
411 observou que o oxigeno domiciliar foi discutido e encaminhado pelo Pleno, mas ainda não está
412 normatizado no Estado de Mato Grosso. **Conselheiro Antonio Cordeiro** disse quando começarmos a
413 responsabilizar as pessoas certamente estas questões começará a serem normatizadas. **Conselheiro**
414 **Edenir Pereira** parabenizou o trabalho da Ouvidora. Solicitou esclarecimentos quanto a
415 responsabilidade dos municípios em relação aos pacientes que encaminhados regulados. Caso o
416 paciente fique desassistido ou venha a óbito o que devem fazer para que o município assuma esta
417 responsabilidade. **Edna Marlene** de acordo com Portaria do Ministério da Saúde, que normatizou a
418 Portaria Estadual, deixa em aberto a normatização do interior. É neste sentido que precisamos auxiliar
419 os municípios. **Conselheiro Paulo Roberto, Superintendente de Atenção Integral à Saúde**, fez
420 breve histórico do seu curriculum. Servidor de carreira da SES, ex-diretor do ERS Tangará da Serra.
421 **Presidente** disse para o Conselheiro que o Secretário-Adjunto, Victor Rodrigues, solicitou que o
422 mesmo respondesse ao assunto em discussão. Lembrou que o tempo de fala é de três minutos.
423 Solicitou que se apresentasse depois. **Conselheiro Paulo Roberto** informou que de acordo com
424 normatização o TFD interestadual é de responsabilidade do Estado. O TFD intermunicipal é de
425 responsabilidade do município, conforme aprovação em CIB. **Conselheiro Edenir Pereira** disse que
426 todos têm conhecimento disso na teoria. Mas, na prática, resta saber como fazer para que isto seja
427 cumprido. **Victor Rodrigues** disse que não existe no SUS relação de dependência. O Estado não
428 pode obrigar o município fazer. A resolução CIB foi uma pactuação entre os municípios e o estado. A
429 SES não tem nenhum mecanismo para 'punir' os municípios. Com a mudança dos Secretários



SUS

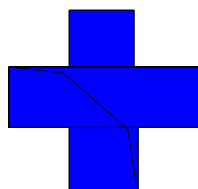
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

430 Municipais pode estar havendo falta de conhecimento a respeito dessa resolução CIB. O COSEMS
431 pode estar informando os gestores novos com relação ao papel no TFD. **Conselheiro Ângelo**
432 **Figueiredo** perguntou se o atendimento de telefone da OG está sendo gravado e se existe bina. Disse
433 que na estatística a Ouvidora informou apenas cinco casos vindos da SES. No seu ponto de vista isto
434 faz sentido, pois a SES tem uma Ouvidoria Setorial que é do governo e é de gestão. Disse que temos
435 que integrar as duas Ouvidorias. Caso contrário vai haver paralelismo e dualidade de ação e gasto.
436 Informou que a Setorial atua em relação a SES, aos servidores da SES e Regionais de Saúde.
437 Porém,disse, a Ouvidoria do SUS é muito mais abrangente. **Conselheira Jucélia Clara** em relação ao
438 TFD intermunicipal os municípios cumprem parcialmente a sua responsabilidade. Informou que uma
439 Portaria Ministerial do ano de 1989 regularizou o TFD. O Estado normatizou o TFD nos anos de 2002 e
440 2003. Mesmo assim ainda tem reclamações, principalmente em relação a ajuda de custo. Alguns
441 pacientes conseguem judicialmente. Informou que alguns gestores que estão no segundo mandato
442 continuam não assumindo o TFD intermunicipal. Solicitou que nas visitas de monitoramento esta
443 questão seja discutida com os CMS. **Conselheira Marcelly Regina** solicitou que a Ouvidoria
444 providenciasse análise sobre quantos municípios garantiram ou não o traslado intermunicipal.
445 Solicitou ainda que fosse levada em consideração a geografia do estado e a falta de recursos dos
446 pequenos municípios. Alguns Secretários Municipais de Saúde não estão preparados, foram indicados
447 politicamente e não tem conhecimento técnico. Disse que no encontro do COSEMS ficou evidenciado
448 muitos Vereadores indicados como Secretários de Saúde. Solicitou que estes secretários recebessem
449 orientação dos ERS. Os Secretários Municipais devem compartilhar com os CMS as dificuldades que
450 estão enfrentando. **Conselheiro Jose Carlos Bazan** disse que se o COSEMS continuar nesta linha
451 será um importante parceiro para o Conselho. Disse que precisamos saber o que o COSEMS está
452 fazendo. Disse que em visita a determinado município o Secretário de Saúde informou que estava
453 abrindo mão do repasse de 15%. Com relação ao TFD que o gestor em parceria com o COSEMS e o
454 Conselho encaminhe esclarecimentos sobre a função do TFD aos municípios. **Conselheiro Paulo**
455 **Roberto** colocou seu nome à disposição para contribuir com o CES, de forma imparcial. Disse que
456 pretende ser visto como parceiro na construção do SUS e não como representante do Secretário de
457 Saúde. **Presidente** disse que precisamos de pessoas com esta natureza. **Presidente** informou que
458 tem uma acadêmica que sofre de anemia que acomete descendente de alemão. Ela se dirigiu à
459 Central e recebeu a informação que faz três meses que não compram o medicamento. No entanto, no
460 Pleno, foi informado que não há falta de medicamento. **Conselheiro Antonio Cordeiro** disse o estado
461 deve pensar na capacitação dos Secretários de Saúde. **Conselheiro Jose Carlos Bazan** solicitou
462 mais esclarecimentos sobre a representação do novo Conselheiro. **Conselheiro Paulo Roberto**
463 esclareceu que foi indicado pelo Secretário de Saúde, mas seus posicionamentos serão imparciais.
464 Disse que não está no Conselho para representar as vontades do Poder Executivo e do Secretário de
465 Saúde. Reiterou que vai defender aquilo que considera correto na condução de um SUS melhor.
466 **Conselheira Marcelly Regina** solicitou do Conselheiro Jose Carlos Bazan a receita que mude o perfil
467 dos Secretários que são políticos e indicados pelos prefeitos. Perguntou como o COSEMS pode
468 mudar, sozinho, o perfil de um cargo político. Disse que sempre quis participar do Conselho Estadual



SUS

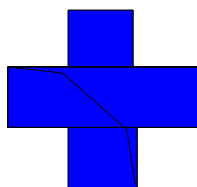
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

469 de Saúde, pois acredita no controle social, entretanto, participou de varias reuniões de CMS, mas
470 nunca viu alguma nada igual a este. O Conselho Estadual de Saúde foge da pauta. Estamos aqui
471 representando entidades, sem interesse singular. Disse que é dolorido ver os Secretários de Saúde
472 serem 'detonados' no Pleno. Ninguém fala das dificuldades que os municípios enfrentam, sobre o
473 financiamento. Disse que esta briga do Conselho com a ESP 'é uma vergonha'. Pediu desculpas pelo
474 desabafo, mas tinha que fazê-lo se não iria pedir renúncia do seu cargo para o COSEMS. **Conselheira**
475 **Lilia Suely** disse para a Conselheira Marcelly Regina que ela tem que ter cuidado quando fala, pois
476 todos são Conselheiros e pessoas responsáveis. Solicitou que tivesse respeito com os Conselheiros,
477 pois não são 'vagabundos', são trabalhadores e quando estão no Pleno é para decidir sobre questões
478 de políticas. Quanto as questões da ESP, caso a Conselheira fosse membro do Pleno quando as
479 discussões começaram ela entenderia o que está acontecendo. **Conselheiro Jose Carlos Bazan**
480 disse que ratificava e parabenizava a Conselheira pelos esclarecimentos quanto as atividades
481 desenvolvidas pelo COSEMS. Ressaltou que os esclarecimentos reforçam as parcerias. Disse para a
482 Conselheira que há um diferencial na sua presença e no seu compromisso. **Conselheiro Ambrosio**
483 **Moreira** disse que a expressão 'briga' com a ESP dá conotação errada dos fatos. Disse que as
484 matérias são encaminhadas para o Conselho Estadual de Saúde e este deve deliberar conforme a
485 legislação. **Edna Marlene** disse que a Ouvidoria Geral tem obrigação de informar o Pleno sobre suas
486 demandas e reclamações dos usuários. Solicitou apoio das Comissões e da gestão na definição das
487 políticas. Quanto as ligações telefônicas, disse que tem um sistema de registrar e responder
488 oficialmente as pessoas que estão buscando as respostas. Informou que está em fase de aquisição o
489 sistema que vai gravar as ligações do 0800 da OG, o valor do serviço é de aproximadamente 40 mil
490 reais. **Presidente** colocou em votação o arquivamento dos processos propostos pela Ouvidoria e o
491 Pleno aprovou por unanimidade. **Presidente** colocou em votação os seguintes encaminhamentos que
492 também foram aprovados pelo Pleno: quanto ao TFD que o gestor estadual faça parceria com o CES e
493 o COSEMS para esclarecimento do TFD aos municípios; quanto a resposta de medicamento solicitar
494 agilidade na autorização/devolução do boletim informativo que está no Gabinete para a CAF;
495 publicização das demandas da OG no boletim informativo do Conselho. **Conselheiro Jose Carlos**
496 **Bazan** disse que a capacitação dos gestores deve ser garantida na transição dos gestores.
497 **Presidente** informou, salvo engano, que o Secretário de Saúde, Augustinho Moro, numa audiência
498 pública em Sinop (Sorriso) repassou dinheiro ao COSEMS para capacitação dos novos gestores
499 municipais de saúde. Solicitou que a representante do COSEMS informasse como está a capacitação.
500 **Victor Rodrigues** informou que tem convênio da SES com o COSEMS de repasse de recurso para
501 garantir o funcionamento do mesmo. No plano de trabalho do convenio está garantida capacitação
502 para os novos gestores. Disse que o convenio foi feito em 2008 e está em processo de renovação.
503 **Conselheira Marcelly Regina** informou que não foi assinado. **Presidente** encaminhou e o Pleno
504 aprovou a capacitação dos gestores municipais conforme repasse pelo convênio. **Secretaria Adjunta**
505 **de Gestão Estratégica de Saúde: Apresentação, discussão e votação da Política Estadual de**
506 **Medicamentos - Victor Rodrigues, Secretário Adjunto de Saúde,** informou que no organograma a
507 CAF está ligada à sua Secretaria Adjunta. Mostrou no slide os objetivos da Política de Assistência



SUS

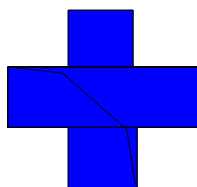
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

508 Farmacêutica. Dentro desta política a SES atua em três pontos: atenção básica, programas
509 estratégicos e medicamentos excepcionais. Quanto a atenção básica existe portaria Ministerial que
510 orienta como trabalhar estes medicamentos, aprovando as normas e financiamento da atenção básica
511 e assistência farmacêutica. Esta portaria dispõe quais são os medicamentos que estão no elenco de
512 referencia e os insumos que podem ser discutidos nas gestões (estadual e municipal). No estado, uma
513 resolução CIB estabelece quais são os medicamentos que o estado adota como atenção básica para
514 os municípios fazer aquisições conforme sua necessidade epidemiológica. Informou que as portarias
515 estabelecem seus blocos de financiamento tem os recursos do Ministério da Saúde que acaba sendo
516 diretamente para insumos. Os municípios e o estado colocam recursos para garantir medicamentos ou
517 insumos. Informou que os recursos do Ministério vão direto para os municípios. As três esferas
518 participam do custeio de medicamentos da atenção básica. Os insumos ofertados pelo Ministério são
519 insulinas e contraceptivos. Os insumos ofertados somente com recursos do estado e dos municípios:
520 tiras reagentes, lancetas e seringas para insulina. O estado oferta trinta centavos por habitante/ano e o
521 município quinze centavos por habitante/ano. Informou que dentro da portaria existem critérios
522 específicos para que os municípios tenham acesso ao recurso de contrapartida do estado. Dentro dos
523 medicamentos da atenção básica tem-se a obrigatoriedade de atender alguns programas específicos:
524 hipertensão, diabetes, asma, rinite e saúde mental. Esses medicamentos foram aprovados pela
525 Resolução CIB n.º38/08, onde o Ministério entra com quatro reais e dez centavos por habitante/ano, o
526 estado e o município entram com um real e cinquenta centavos por habitante/ano. Neste componente
527 o estado gastou cerca de 5 milhões de reais. Quanto aos medicamentos dos programas estratégicos, o
528 Ministério encaminha estes medicamentos para a SES fazer a distribuição aos municípios que tem o
529 programa implantado. Mostrou a relação desses medicamentos. Disse que não tem repasse de
530 recursos da SES nem dos municípios para aquisição desses medicamentos. Quanto aos
531 medicamentos excepcionais também coincidem com medicamentos de alto custo. Disse que a Portaria
532 2577/02, foi atualizada em janeiro pela Portaria 106, que contempla medicamentos para determinadas
533 doenças. O Ministério custeia esses medicamentos com base no Sistema de Informação Ambulatorial,
534 através das Autorizações de Procedimentos de Alta Complexidade. Quando a APAC é encaminhada
535 para o Ministério este ressarce o Estado de acordo com o valor que ele estabelece. Mostrou as
536 doenças cobertas pela portaria 2577/02. Devido as demandas judiciais foi criada uma Portaria
537 Estadual n.º225, com financiamento exclusivo do Estado. Disse que já foi feita análise desta portaria.
538 O grande problema desta portaria é quanto o estado vai colocar a mais na política de assistência
539 farmacêutica para que possam ampliar a lista. Na portaria 2577 o Ministério remunera cerca de 17
540 milhões/ano, o Estado 20 milhões/ano e na portaria 225 um milhão e meio de reais. Somando as
541 portarias e as demandas judiciais o estado gasta cerca de 52 milhões/ano com a assistência
542 farmacêutica. Solicitou que a senhora Margarete fizesse breve relato sobre as outras ações desta
543 política. **Senhora Margarete** disse que estavam atropelados com a questão da logística, aquisição e
544 distribuição e não tinham ações efetivas na assistência farmacêutica. Disse que estão iniciando o
545 monitoramento e avaliação. Esclareceu que é feito o repasse financeiro o município tem um elenco
546 para adquirir. Disse que a assistência farmacêutica ainda não tinha feito questionamentos quanto a



SUS

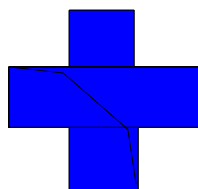
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

escolha correta pelos municípios e se o que ele estava comprando era a necessidade do usuário. Diante disso tem projeto de realização de oficina junto com os demais segmentos da SES para casar as informações e analisar o impacto deste recurso. Informou que estão capacitando os Escritórios Regionais de Saúde para identificar quais são as dificuldades: mal armazenamento, compra inadequada. Disse que estão com projeto para disponibilizar pregão para os 141 municípios, tendo em vista que um município pequeno tem dificuldade de fazer aquisição pública. O estado solicitou que os municípios fizessem relação da demanda para poder elaborar este pregão. A previsão é de implantação em 2010, o estado fará o pregão e o município a adesão de acordo com a sua necessidade. Abrindo os debates, **Conselheiro Jose Carlos Bazan** pediu vistas na apresentação do Secretário-Adjunto, Victor Rodrigues, pois ele não apresentou a Política de Assistência Farmacêutica apenas se deteve no fluxo das portarias. Enfatizou que a Política começou a ser apresentada na exposição da senhora Margarete. ***Apresentação, discussão e votação dos encaminhamentos propostos pela Comissão Organizadora - Conselheira Maria Aparecida*** pediu desculpas por não ter disponibilizado o pré-projeto. Disse que neste ano junto com a Plenária temos a obrigação de construir a Caravana em Defesa do SUS que é uma proposta do Conselho Nacional de Saúde. Em função disso o trabalho da Comissão Organizadora foi de produzir o pré-projeto enfocando estas questões. O projeto tem como diretriz o CES, a SES, a Comissão Organizadora e a Secretaria Executiva. Prosseguiu com a apresentação do projeto enfocando a importância das Plenárias de Conselhos como importante espaço de articulação política. O Conselho Nacional elegeu para este ano grande mobilização nacional para as Caravanas com vistas a fomentar os debates e ampliar a luta em defesa do SUS. Disse que a proposta da Caravana é se juntar com a Plenária. Informou que o Conselho Nacional deixou claro o compromisso que todos devemos assumir para realização desta tarefa. Como parceiros teremos: CONASS, CONASEMS, Coordenação Nacional de Plenárias, Movimentos Sociais, Ministério Público, Legislativo, CMS, CES e Universidades e Movimentos Estudantis. Destacou alguns dos objetivos da Plenária é discutir a situação atual do SUS no Estado, ampliar a articulação com o controle social e em defesa do SUS e financiamento do SUS. Destacou alguns objetivos da Caravana: debater os avanços e desafios do SUS, debater a primeira Conferência Mundial dos Sistemas Universais de Saúde e Seguridade Social, apresentar e discutir os avanços e desafios do SUS no Estado de Mato Grosso e o SUS como patrimônio social da humanidade. O número estimados para a VI Plenária é de 700 pessoas. O público alvo da Caravana são os Conselheiros de Saúde e sociedade civil organizada, população em geral, totalizando 1.100 pessoas. A proposta do Conselho Nacional é que a Caravana chegue no dia 20 de novembro de 2009. Assim sendo a Comissão apresentou como proposta: no dia 18 começa as inscrições pela manhã, no período vespertino a primeira mesa de debate e à noite abertura oficial; no dia 19 pela manhã e à tarde mesa com eixo temático; no dia 20 recebimento da Caravana Nacional com programação já definida pelo CNS; no dia 21 prosseguimento da VI Plenária com encerramento e plenária final. A proposta da Comissão para execução do projeto é a participação de todos os Conselheiros e a responsável pelos trabalhos é a Comissão Organizadora. A articulação com os municípios será de responsabilidade da Comissão Organizadora e Comissão de Monitoramento. Propôs realização de Caravanas Regionais



SUS

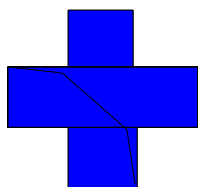
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

586 nos municípios sedes dos ERS. Quanto a divulgação fica sob a responsabilidade da Comissão
587 Organizadora e Comissão de Comunicação que deverá fazer projeto específico. Quanto a secretaria e
588 relatoria ficam responsáveis a Comissão Organizadora, Secretarias Executivas e Ouvidorias. A
589 responsabilidade pela realização da VI Plenária e da Caravana é do estado. Os municípios ficarão
590 responsáveis pelo deslocamento dos Conselheiros para a VI Plenária e organização das caravanas
591 municipais. Informou que a Comissão Organizadora ainda não trabalhou sobre os custos do projeto.
592 Abrindo os debates, **Magali de Souza** informou que o Conselho tem valor garantido em seu PTA para
593 a realização da VI Plenária. Solicitou que a Comissão Organizadora checasse no Ministério da Saúde
594 ou com o nosso Coordenador Nacional de Plenária, sobre contribuição financeira para as Caravanas.
595 **Conselheira Marcely Regina** solicitou que o COSEMS participasse da articulação dos eventos.
596 **Conselheiro João Dourado** solicitou que na divulgação fosse inserida a imprensa sindical.
597 **Presidente** colocou em votação e o Pleno aprovou, com uma abstenção, o projeto para execução da
598 VI Plenária e da Caravana em defesa do SUS. **Presidente** fez a leitura do texto da Moção de Aplauso
599 para a Secretária Executiva do Conselho, Magali de Souza, colocou em votação e o Pleno aprovou por
600 unanimidade. Nada mais havendo a ser discutido e deliberado pelo Pleno, a reunião fora encerrada às
601 18 horas e 40 minutos, e a ata após lida e achada conforme, fora aprovada, e segue assinada pela
602 **Secretária Executiva, Magaly de Souza**, pelo **Vice-Presidente, Carlos Alberto Eilert** e pelos demais
603 **Conselheiros presentes: Paulo Roberto Araujo, Ingrid Botelho Saldanha Handell, Leila Maria**
604 **Boabaid Levi, Lanameire Figueiredo Barros, Ângelo Falcão de Figueiredo, Marcely Regina**
605 **Santos Torres, Mázena Salah El-Din Farah, Leandro Jubileu Ziteli, Aparecida Silva Rodrigues,**
606 **Maria Aparecida Amorim Fernandes, Jucelia Clara Nunes de Souza, Ingrid Farina da Silva,**
607 **Marivanda Inês Pereira Eilert, José Carlos Bazan, João Luiz Dourado, Jean Carlos Gomes de**
608 **Souza, Lilia Suely Alves dos Santos, Suely Correa de Oliveira, Antonio Cordeiro Sobral, Clelia**
609 **Araujo de Brito, Edenir Pereira da Silva e Ambrosio Moreira de Souza.**



SUS

Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342